

A OTAN E A EUROPA NA ESTRATÉGIA AMERICANA

Por Giuseppe Gagliano*



Imagem gerada por IA.

Se na origem a missão da OTAN era conter a expansão soviética, hoje é um instrumento de controle geopolítico, materializando a influência dos EUA nas políticas europeias.

Ao longo das últimas décadas, a OTAN provou ser um instrumento fundamental na estratégia geopolítica dos Estados Unidos para manter o controle sobre o Rimland europeu e sobre as indústrias militares do continente. A teoria geopolítica, desenvolvida por figuras como Halford Mackinder e Nicholas Spykman, identifica o controle das regiões costeiras europeias e asiáticas como uma chave para prevenir o surgimento de potenciais rivais capazes de desafiar a hegemonia global dos EUA. Segundo esta visão, a Europa, com seu potencial econômico e industrial, representa uma área de interesse estratégico que deve permanecer sob controle para evitar que se torne uma potência independente ou, pior, que trabalhe em estreita colaboração com a Rússia, criando um eixo. Isso enfraqueceria a dominação americana.

A OTAN, nascida no contexto da Guerra Fria, tinha como principal missão conter a expansão soviética e proteger a Europa Ocidental das ameaças do bloco comunista. No entanto, com o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, a aliança manteve sua centralidade como instrumento de controle geopolítico, particularmente frente à Rússia e suas aspirações de se tornar um ator importante na cena internacional. Mais do que apenas uma aliança defensiva entre iguais, a

OTAN passou a representar uma forma de influência direta dos Estados Unidos nas políticas europeias de segurança e defesa.

MANTER A DEPENDÊNCIA MILITAR E ENERGÉTICA DA EUROPA

Um dos aspectos centrais deste controle é o monopólio que os Estados Unidos exercem sobre a indústria militar europeia. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, com o Plano Marshall, os EUA forneceram ajuda militar e econômica maciça à Europa, assegurando uma posição privilegiada no fornecimento de armas e tecnologia aos países europeus. Isto resultou em uma dependência que, com o tempo, se tornou sistemática: os exércitos europeus, em vez de desenvolverem sua própria indústria de defesa autônoma e competitiva, optaram frequentemente por comprar armas americanas.

Um exemplo emblemático deste processo é o “Pacto do Século” de 1975, quando vários países europeus, incluindo Bélgica, Holanda, Dinamarca e Noruega, foram pressionados a adquirir o caça americano F-16, embora alternativas europeias estivessem disponíveis, como o francês o Mirage F-1 ou o sueco Saab Viggen, ambos mais adequados às necessidades das forças aéreas europeias. Este cenário se repetiu muitas vezes, como no caso da compra do F-35 pela Bélgica em 2018, quando o governo de Bruxelas escolheu o caça americano apesar da sua reputação de pouco confiável e de difícil modernização, rejeitando opções europeias como o francês Rafale ou o Eurofighter Typhoon.

Este fenômeno não se limita apenas à compra de sistemas de armas, mas estende-se ao controle das principais indústrias militares europeias. Através de aquisições e fusões, os grupos financeiros americanos absorveram muitas empresas europeias que operam no setor de defesa. Um dos casos mais significativos é a aquisição da divisão aeroespacial Fiat Avio por investidores americanos, operação que permitiu aos Estados Unidos colocarem as mãos em tecnologias estratégicas utilizadas em projetos como o Eurofighter e o Airbus A400M, bem como no programa espacial europeu Ariane.

A penetração americana na indústria militar europeia não parou por aí. Empresas alemãs como a MTU Aero Engines, que produz componentes para o Eurofighter, foram adquiridas por grupos americanos, assim como a sueca Bofors e a espanhola Santa Bárbara Blindados, produtora dos tanques Leopard 2-E. Esta estratégia levou a uma maior dependência da Europa em relação à tecnologia militar americana, tornando difícil para os países europeus desenvolverem uma indústria de defesa competitiva e autossustentável.

O principal objetivo desta estratégia é óbvio: impedir que a Europa desenvolva uma capacidade de defesa independente e impedir qualquer colaboração estreita entre a Europa e a Rússia, uma eventualidade que Washington considera uma ameaça à sua hegemonia global. A ruptura das relações entre a Europa e a Rússia sempre foi uma prioridade estratégica para os Estados Unidos e o conflito na Ucrânia é apenas o exemplo mais recente desta política. A sabotagem dos gasodutos no Mar Báltico, que interrompeu o fornecimento de energia russa à Europa, e o isolamento de regiões estratégicas como Donbass e o Mar Negro,

demonstram claramente a intenção de Washington de impedir o relacionamento econômico e estratégico entre a Alemanha e a Rússia.

Em termos de energia, a Europa se encontra hoje em uma posição vulnerável, com seu abastecimento de gás gravemente comprometido. O conflito israelo-palestino complicou ainda mais a situação, impedindo a exploração de campos de gás no Mediterrâneo Oriental, o que poderia ter repercussões duradouras para a segurança energética europeia. Este isolamento energético, combinado com o controle americano das indústrias militares, deixa a Europa em uma posição de dependência que terá dificuldade em ultrapassar sem uma mudança radical na estratégia política e industrial.

Em última análise, o controle que os Estados Unidos exercem sobre a Europa através da OTAN não é apenas uma questão de segurança, mas representa um obstáculo estrutural ao desenvolvimento de uma Europa autônoma e competitiva. A sobrevivência da OTAN e sua influência crescente, especialmente após o fim da Guerra Fria, mostram que a Europa é considerada por Washington não como um aliado igual, mas como uma região a ser controlada e gerida para evitar que se torne um rival global. A dependência militar, energética e industrial da Europa em relação aos Estados Unidos é o resultado de décadas de políticas destinadas a manter o continente fragmentado e fraco, incapaz de desenvolver sua própria visão estratégica autônoma.

O DESEJO DA OTAN DE REFORÇAR SUAS CAPACIDADES ENFRENTA MÚLTIPLAS DIFICULDADES

A análise estratégico-militar e econômica dos planos de fortalecimento da OTAN, tal como foram recentemente revelados, evidencia uma série de complexidades e contradições que refletem as dificuldades estruturais das alianças militares no contexto de “uma crise internacional em constante evolução”. A proposta de aumentar o número de brigadas da OTAN de 82 para 131 até 2030, conforme mencionado no documento confidencial citado pelo *Die Welt*¹, é claramente uma resposta à escalada das tensões entre o Ocidente e a Rússia, particularmente depois da invasão da Ucrânia. Tal fortalecimento é justificado aos olhos da aliança pela percepção de um risco crescente de confronto direto com Moscou, alimentado pelo crescente envolvimento da OTAN no apoio logístico e militar a Kiev. No entanto, este plano enfrenta uma série de dificuldades econômicas, sociais e políticas, que podem dificultar a sua implementação.

Em uma perspectiva geopolítica, a ideia de reforçar as capacidades militares da OTAN decorre da necessidade de responder à ameaça de um possível ataque russo à Europa, embora o Kremlin continue a negar tal intenção, caracterizando-a como propaganda ocidental destinada a justificar gastos militares adicionais. Esta política da Aliança reflete a crescente polarização entre a Rússia e o Ocidente,

¹ L'OTAN prête à demander aux États membres une augmentation des troupes et des armements pour se protéger de Moscou. *Die Welt*, 6 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.agenzianova.com/fr/news/Le-monde-de-l%27OTAN-est-prêt-à-demander-aux-États-membres-une-augmentation-des-troupes-et-des-armes-pour-se-protéger-de-Moscou/>.

alimentada pela guerra na Ucrânia e pela retórica agressiva que domina o discurso internacional. A decisão da OTAN de aumentar o número de brigadas e comandos militares, bem como de reforçar a defesa aérea e o número de helicópteros², insere-se em uma lógica de preparação para um conflito de longa duração, que pode, no entanto, não ser percebido como iminente pela opinião pública nos estados-membros. Na verdade, embora os governos ocidentais estejam empenhados em reforçar suas capacidades defensivas, o apoio popular a estas medidas permanece incerto, especialmente em um contexto de dificuldades econômicas, recessão e crise energética.

O aspecto econômico é de fato crucial. A Europa atravessa um período de desindustrialização e de aumento dos custos energéticos, o que torna difícil financiar um vasto programa de rearmamento. O plano de reforço da OTAN exigiria investimentos muito superiores a 2% do PIB, um limiar que muitos países já estão lutando para alcançar. Atualmente apenas 23 dos 32 membros da OTAN cumprem este requisito, e os maiores infratores incluem nações como Itália, Espanha e Bélgica. Isto realça uma clara disparidade entre os países mais ricos e os países menores ou economicamente frágeis, que podem não ser capazes de suportar os encargos financeiros necessários. Além disso, o plano implica que grandes nações, como Itália, França, Alemanha e Grã-Bretanha, teriam que formar pelo menos três ou quatro novas brigadas cada, o que requer recursos adicionais e pode não ser bem recebido pela opinião pública nacional, cada vez mais cética em relação à gastos militares.

O plano da OTAN também poderá se revelar irrealizável devido a fatores internos aos exércitos ocidentais. Um dos desafios mais significativos diz respeito à escassez de militares, um problema que afeta quase todas as forças armadas do Ocidente. Nos últimos anos, registrou-se um declínio nas vocações militares em todos os principais países da OTAN, com um êxodo de pessoal qualificado e um declínio no recrutamento. Esta tendência é particularmente grave em países como o Reino Unido, onde o número de tropas em serviço é o mais baixo da história, e os Estados Unidos, que há anos não conseguem cumprir suas metas de recrutamento. As marinhas ocidentais também enfrentam sérias dificuldades, com muitos navios deixados para trás por falta de tripulações. Neste contexto, aumentar o número de brigadas e reforçar as capacidades militares parece ser um objetivo difícil, e mesmo utópico, de alcançar. A OTAN poderá assim ver-se confrontada com um dilema: como conciliar a ambição de reforçar suas defesas com a realidade da escassez de recursos humanos e financeiros?

Outro aspecto a considerar é a capacidade das nações da OTAN para sustentar um longo programa de rearmamento em um contexto de incerteza econômica e política. O apoio militar à Ucrânia, cada vez mais criticado pela opinião pública europeia, combinado com dificuldades econômicas internas, poderá reduzir o consenso político a favor de tais medidas. Em muitos países europeus, os cidadãos exigem “manteiga” em vez de “armas”, ou seja, maior atenção às políticas econômicas e sociais em vez de programas de defesa dispendiosos. Esta dinâmica poderá enfraquecer a determinação dos governos em se empenharem no reforço

² Les dirigeants des pays de l'OTAN adoptent un nouvel engagement en faveur de l'industrie de défense. NATO.int, 10 de julho de 2024. Disponível em: https://www.nato.int/cps/fr/natohq/news_227685.htm.

das forças armadas, especialmente se o risco de uma invasão russa for considerado remoto ou exagerado.

Em conclusão, embora o plano para reforçar a OTAN seja uma resposta lógica às crescentes tensões com a Rússia, corre o risco de continuar a ser mais uma ilusão do que uma realidade concreta. A combinação de dificuldades econômicas, escassez de pessoal militar e consenso político incerto torna este projeto difícil, se não impossível, de concretizar. A OTAN enfrentará, portanto, desafios significativos nos próximos anos, procurando equilibrar as necessidades de segurança com os recursos limitados à disposição dos seus membros.

Publicado no [Cf2R](#).

**Giuseppe Gagliano é presidente do Centro Studi Strategici Carlo de Cristoforis, em Como, Itália. É membro do comitê internacional de assessores científicos do Centre Français de Recherche sur le Renseignement (Cf2R).*
